



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTRAB  
AO PROJETO DE LEI Nº 3.115, DE 2019**

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de isentar as entidades beneficentes do pagamento de custas processuais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a isenção das entidades beneficentes do pagamento de custas processuais.

Art. 2º O art. 790-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 790-A. ....

.....

III – as entidades filantrópicas e as entidades beneficentes que prestam serviços na área de assistência social, devidamente certificadas nos termos da lei. ....”(NR)

Art. 3º O § 10 do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 899 .....

.....

*§ 10 São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita; as entidades filantrópicas; as entidades beneficentes, certificadas nos termos da lei; e as empresas em recuperação judicial.*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

.....” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2023.

Deputada **ALEXANDRE LINDENMEYER**  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

